

O QUE FICA, O QUE FLUI E O QUE FALA: LUGARES IDENTITÁRIOS NO AMBIENTE URBANO

RODRIGO DE AZAMBUJA BROD¹
JANE MÁRCIA MAZZARINO²

Introdução

Cidades são impregnadas de referências visuais e simbólicas, em grande parte relacionadas à forma como cada indivíduo se relaciona com os aspectos de circulação e convívio no ambiente urbano contemporâneo. A percepção destes referenciais, sua importância e significado diferem conforme contextos individuais ou de grupos, considerando-se que os indivíduos habitam e ocupam os espaços conforme características intrínsecas aos seus hábitos culturais, relações sociais e até mesmo, diferentes formas de deslocamento que podem ser adotadas para o trânsito nas cidades. Em algum lugar deste repertório estarão presentes, em maior ou menor escala, representações imagéticas de lugares, sinais, texturas e demais linguagens da cidade, fragmentos de um contexto visual mais amplo, que não é possível perceber como um todo. São sobras diárias de uma experiência visual cotidiana, que podem ser associadas a resíduos gerados por outras vivências. Sob este olhar, resíduo é memória.

Essas práticas sociais-espaciais serão consideradas o principal atributo de significação do espaço das cidades de acordo com os objetivos deste trabalho, tomando o ponto de vista de quem por elas transita, reside e circula, para os quais adotaremos o nome de circulantes. Desta forma podem ser contemplados, através de um termo em comum, pedestres, motoristas, turistas, moradores, habitantes e demais outras denominações possíveis. Também, a partir da contextualização exposta, o espaço de práticas a que nos referimos é – e tão somente é – o espaço público urbano.

A partir desta problematização, tomando como metodologia a pesquisa documental e bibliográfica, o objetivo principal deste trabalho é discutir a relação entre espaço e construção de identidade, tomando em análise o ambiente urbano através da relação dos circulantes com os contextos que formam o que chamaremos de lugares identitários,

1. Mestre em Ambiente e Desenvolvimento. Professor do Centro de Ciências Humanas e Sociais do Centro Universitário Univates. E-mail: rbrod@univates.br

2. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Rio dos Sinos (Unisinos). Professora do Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento e do Centro de Ciências Humanas e Sociais do Centro Universitário Univates. E-mail: janemazzarino@univates.br

porções significadas do espaço social (LEFEBVRE, 2001; DUARTE, 2002), compreendidas a partir de relações sociais e históricas (AUGÉ, 2005), processos singulares e subjetivos de codificação e decodificação (HALL, 2003), compostas por fixos, fluxos (SANTOS, 2006; 2008) e falas, esta última uma proposta complementar ao modelo de Milton Santos, já que consideramos um sistema semântico associado aos sistemas de objetos e sistemas de ações conceituados pelo autor.

Da identidade ao lugar

Uma das formas que utilizamos para nos identificar com outros indivíduos é através de alguma referência geográfica. Costumamos nos apresentar como paulistas, gaúchos, cariocas ou baianos, da mesma forma como somos também identificados por nossas profissões: professores, médicos, arquitetos, pedreiros ou motoristas. Cada um destes contextos identitários são múltiplos e complementares, já que, por óbvio, existem médicos gaúchos, professores cariocas e arquitetos baianos. O sotaque, as gírias regionais, os termos técnicos, as vestimentas e uniformes representam, em uma análise inicial, exemplos de códigos e signos que conferem sentido de pertencimento a determinado contexto cultural que, por sua vez, permite aos indivíduos algum grau de identificação com seus pares. Aqui o aspecto territorial (ou espacial, ou geográfico) pode ser compreendido como um dos mais perceptíveis elementos identitários, devido possivelmente à sua caracterização física e também simbólica. Tanto é que, a praticamente todos os cidadãos, é conferido logo ao nascer um documento que registra e sacramenta nossa origem, por assim dizer, territorial. Independentemente da origem dos pais, história pessoal, preferências individuais, gostos e outras características, a certidão de nascimento postula nossa identidade territorial originária. Nacionalidade: brasileiro.

Uma designação como esta, mesmo grafada nos documentos que nos identificam como cidadãos, não é algo que está efetivamente impresso em nossos genes. No entanto, talvez por ser uma das primeiras identificações que recebemos, junto com nossos nomes (e em alguns casos um time de futebol e um signo do zodíaco), parece ser algo que faz “parte de nossa natureza essencial”, conforme coloca Stuart Hall (2005, p. 47), ao problematizar a questão das culturas nacionais como fontes de identidade cultural:

(...) as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Nós sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “inglesidade” (*Englishness*) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da *idéia* da nação como representada em sua cultural nacional (HALL, 2005, p. 48, grifo do autor).

Participar de uma ideia de nação agrega, em um mesmo contexto, uma série de diferenças culturais, que formam o que podemos chamar de cultura nacional, conforme

apontado por Hall (2005). No entanto, não se trata tão somente de um conjunto plural de diferenças e características formando uma espécie de tecido identitário nacional. A chamada cultura nacional pode ser compreendida como a imposição de uma identidade legitimadora, “introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais”, para usar as palavras de Manuel Castells (2001, p. 23).

Hall (2005) questiona este pertencimento generalizado a uma “grande família nacional”, ou a uma identidade nacional unificadora que anularia e subordinaria as diferenças e idiosincrasias culturais. Para o autor, o contexto contemporâneo da globalização contesta e desloca as identidades fechadas de uma cultura nacional, com um “efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas” (HALL, 2005, p. 87). As sociedades contemporâneas no contexto globalizado são caracterizadas pelas diferenças e antagonismos sociais que produzem diversas identidades ou “posições de sujeito”, conforme coloca Hall (2005), concluindo que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2005, p. 13). Desta forma, temos identidades abertas, múltiplas, formadas e transformadas continuamente, definidas histórica e culturalmente.

O que antes era institucionalizado, como a identidade cultural, passou a se tornar aberto e reflexivo, uma “questão individual suscetível de ser retomada infinitamente” (LIPOVETSKY, 2004, p. 95). Nesse sentido, é interessante destacar que essas identidades múltiplas, “posições de sujeito” (HALL, 2005) ou “questões individuais” (LIPOVETSKY, 2004) não se referem – ao menos não apenas – aos papéis que os indivíduos desempenham na sociedade, como pai, irmão, professor ou jogador de futebol. Tomando a assertiva de Castells (2001, p. 22), “identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções”, sendo que aqui se entende significado como “a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator” (CASTELLS, 2001, p. 22).

Para Castells (2001), mesmo que uma identidade possa ser formada a partir de uma instituição dominante, como o Estado, ela só assume sua condição identitária quando os atores a internalizam, ou seja, quando os indivíduos efetivamente tomam para si tal condição. Fábio Duarte (2002), ao tecer relações entre identidade e território, utiliza um exemplo da literatura inglesa que elucidada o pensamento de Castells em relação a esta internalização identitária:

Quando Romeu Montecchio é identificado como o assassino do primo de Julieta Capuletto, em *Romeu e Julieta*, de William Shakespeare, sua pena é a expulsão de Verona. O exílio lhe pesa não apenas pela distância de Julieta, mas pela perda de sua cidadania, de sua identidade. Se não em Verona, aonde ir? Ela é seu território – não por ser ele, Romeu, o determinante de sua organização, mas por aceitá-la e ser nela aceito (DUARTE, 2002, p. 79–80, grifo do autor).

O exílio no exemplo citado não trata apenas de uma perda de referência territorial, mas sim de uma perda de referência identitária. No entanto, aqui o fato de aceitar

e ser aceito como parte de um contexto identitário está diretamente relacionado ao pertencimento a uma circunscrição físico-geográfica, no caso, Verona. A história escrita por Shakespeare se passa no século XVI em um contexto bastante diferente do que experimentamos na contemporaneidade. Hoje, para um jovem com a idade de Romeu, o sentimento de exílio provavelmente estará muito mais presente na perda de conexão com suas redes de contatos virtuais, do que na perda de uma referência territorial. O Romeu contemporâneo busca aceitar e ser aceito em um contexto fluido de identidade, através das suas conexões com o que considera relevante e importante. Conforme coloca Lipovetsky (2004, p. 95), “trata-se de sermos reconhecidos pelo que somos em nossa diferença comunitária e histórica, pelo que nos distingue dos outros grupos”.

Para Garcia Canclini (2001), em um mundo interconectado e fluido, a sedimentação identitária organizada em conjuntos estáveis, como etnias, nações e classes, passa a se reestruturar “em meio a conjuntos interétnicos, transclassistas e transnacionais” (GARCIA CANCLINI, 2001, p. XXIII). Ele destaca as fronteiras entre países e as grandes metrópoles, como contextos que condicionam as contradições comuns aos processos que chama de hibridação: “as fronteiras rígidas estabelecidas pelos Estados modernos se tornaram porosas. Poucas culturas podem ser agora descritas como unidades estáveis, com limites precisos baseados na ocupação de um território delimitado” (GARCIA CANCLINI, 2001, p. XXIX). Em contraponto a ideia de uma identidade nacional legitimadora (CASTELLS, 2001), a hibridação constitui um processo de construção de identidade a partir das práticas sociais, que “surge da criatividade individual e coletiva. Não só nas artes, mas também na vida cotidiana e no desenvolvimento tecnológico” (GARCIA CANCLINI, 2001, p. XXII). Nesse contexto, o conceito de identidade deve ser compreendido para além de um sentido pleno ou estático, mas sim como algo que se modifica e se movimenta.

Hall (2005) complementa colocando que “a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é “preenchida” a partir do nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*” (HALL, 2005, p. 39, grifo do autor). Conforme aponta o autor:

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente (HALL, 2005, p. 12).

Reyes (2010) contribui para este conceito de identidade como processo, afirmando que:

[...] o ponto central reside no fato de que a “identidade” não configura algo, mas é configurada, porque é aberta e sempre em processo. Então, compreende-se como verbo e não como substantivo, remetendo-se

a “processo de identificação” e não mais à “identidade” (REYES, 2010, p. 91).

Sendo assim, no contexto ao qual se relaciona este trabalho, ao abordarmos o conceito de identidade consideramos nele incluído o entendimento de algo que está sempre em movimento e em aberto, compreendendo identidade como um processo, mas sem necessariamente nomeá-la sempre como “processo de identificação” ao longo de texto. Até porque compreendemos sua fluidez além de sua caracterização como verbo, como aponta Reyes (2010), mas também seu caráter múltiplo e híbrido, a partir da leitura da Garcia Canclini (2001). A identidade, quando compreendida conceitualmente na forma que apresentamos, secreta processos de identificação e também os alimenta, criando novos processos e movimentos no contexto contemporâneo globalizado.

Para Lipovetsky (2004), é nesse mesmo contexto (globalização) que o caos, a incerteza e os excessos do que o autor chama de hipermodernidade levam para uma necessidade por unidade e sentido. Paradoxalmente à globalização, que parece instaurar uma certa homogeneidade, há um concomitante processo de fragmentação cultural, que gera como reação um sentimento de identidade comunitária, uma busca por segurança e unidade.

Castells (2001) aponta as comunidades locais construídas de forma coletiva e preservadas por uma memória também coletiva, como fontes específicas de identidades. “Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações, incontroláveis e em ritmo acelerado” (CASTELLS, 2001, p. 84). Lucy Niemeyer (2010) afirma que essa construção de identidade, seja nos âmbitos pessoal, cultural ou nacional, acontece tendo como pano de fundo o conflito entre mudança e permanência, ou seja, entre o global e o regional, a imposição e a resistência.

Enquanto, por um lado, a globalização, que se caracteriza por atuar segundo uma força centrífuga que pulveriza e fragmenta, leva ao enfraquecimento de vínculos de identidade coletiva e elevação de uniformização, por outro, o hibridismo e a integração regional se dão segundo forças centrípetas, integradoras. Desse modo, a presença de forças contrárias permanece e se intensifica – uma conduzindo à uniformização, enquanto outra, à diferenciação. Cada cultura lida com essa correlação de forças à sua maneira, criando soluções, ainda que provisórias, para o impasse (NIEMEYER, 2010, p. 78).

Esse cenário apresenta algumas consequências para as identidades nacionais e regionais, que abre caminho para novos entendimentos acerca dos processos de identificação relacionados principalmente a aspectos espaciais. Garcia Canclini (2001), Castells (2001), Lipovetsky (2004) e Hall (2005) chegam a conclusões semelhantes acerca das identidades nacionais no contexto contemporâneo globalizado. De modo geral, os autores consideram o surgimento de novas identidades, híbridas, múltiplas, locais ou de resistência, frente à identidades nacionais anteriormente institucionalizadas e agora em processo de desintegração, “como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do ‘pós-moderno

global” (HALL, 2005, p. 69, grifo do autor). O contexto é especialmente interessante, porque coloca de um lado um processo de homogeneização identitária, causado em grande parte pela globalização e, de outro lado, as reações contrárias a esse processo. Conforme aponta Lipovetsky (2004, p. 92), “sabe-se que, em muitos casos, a reativação da memória histórica funciona em oposição frontal aos princípios da modernidade liberal”.

Entre o nacional, o global, o local e o híbrido, a contemporaneidade não nos deixa muitos pontos onde seja possível fixar âncoras de identidade ou espalhar nossas migalhas de pão. Se temos a nacionalidade desintegrada pelo global, o território desassociado de sua configuração efetivamente territorial-geográfica e a construção de identidade através de processos híbridos, o espaço que nos resta é aquele em que é possível secretar memórias, (re)encontrar raízes ou construir contextos próprios e híbridos de construção identitária. Este espaço não é geográfico e nem tampouco físico, mas social (LEFEBVRE, 1991) e “antropológico”, introduzindo aqui um conceito de Marc Augé (2005) que abordaremos no capítulo seguinte. Um espaço que cotidianamente chamamos de lugar e que deste mesmo cotidiano tece múltiplos e interconectados processos de identificação. Se antes pertencíamos a uma ideia de nação ou a um determinado contexto cultural, hoje pertencemos aos lugares aos quais nos levam nossos múltiplos e híbridos processos de identificação.

Mesmo que a contemporaneidade torne fluídas nossas certezas, “os lugares permanecem fixos” (HALL, 2005, p. 72) e é neles que fixamos nossas raízes. “O ‘lugar’ é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas” (HALL, 2005, p. 72). “O lugar consoma-se através da palavra, da troca alusiva de certas senhas, na convivência e na intimidade cúmplice dos locutores” (AUGÉ, 2005, p. 66). No contexto contemporâneo globalizado, o lugar parece ser o espaço da identidade.

Do lugar à identidade

Antes prosseguir com a definição de lugar, é importante situar e contextualizar o espaço, tal como o compreendemos nesta análise, e levar o leitor ao entendimento do que pretendemos conceituar como lugar. O espaço aqui referido deve ser entendido como aquele que secreta significado e pressupõe atribuição de sentido. Deve ser compreendido como mais amplo do que sua delimitação física, que estipula o espaço destinado para determinada construção ou o espaço necessário para percorrer um itinerário. O espaço que aqui nos interessa é o espaço produzido a partir de práticas sociais, ou simplesmente “espaço social”, conforme conceitua Henri Lefebvre (1991):

Espaço social não é uma coisa entre outras coisas, nem um produto entre outros produtos: em vez disso, subsume coisas produzidas, e abrange suas inter-relações em sua coexistência e simultaneidade - a sua ordem (relativa) e/ou (relativa) desordem. É o resultado de uma sequência e um conjunto de operações, e, portanto, não pode ser reduzido à instância de um mero objeto. Ao mesmo tempo, não há nada imaginado, irreal ou “ideal” sobre ele, em comparação, por exemplo, com a ciência, representações, ideias ou sonhos. Sendo

em si o resultado de ações passadas, o espaço social é o que permite que novas ações ocorram, enquanto as sugestiona ou as profibe. (...) O espaço social implica uma grande diversidade de conhecimento (LEFEBVRE, 1991, p. 73, tradução nossa).

Além de não poder ser caracterizado como uma coisa, o espaço social para Lefebvre (1991) é um conjunto de relações entre as coisas, produzido através de ações sociais. No entanto, não deve ser entendido como um produto, no mesmo sentido em que um saco de farinha ou um automóvel são produzidos. A produção de espaço ao que o autor se refere é uma pré-condição e também um resultado do que ele chama de superestruturas sociais. Nesse sentido, uma nação é um espaço produzido, da mesma forma que um ambiente doméstico também é.

Este espaço social contém uma grande diversidade de objetos, naturais ou artificiais, além das redes e vias que possibilitam a circulação destes objetos, bens materiais e informação. É uma espécie de morfologia social, onde o espaço está para as vivências, assim como a forma está para um organismo vivo, intimamente atrelado com suas funções e estrutura. No contexto apresentado pelo autor, o espaço social não é um meio isolado, uma abstração ou uma forma pura, simplesmente porque não pode ser entendido sem os objetos que contém, que não são apenas coisas, mas também relações (LEFEBVRE, 1991).

O espaço aqui compreendido está intrinsecamente atrelado às práticas humanas, como coloca Milton Santos (2006) ao afirmar que o espaço é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 39). Este espaço conceituado por Santos (2008) também pode ser entendido a partir do que o autor chama de fixos e fluxos:

Cada tipo de fixo surge com suas características, que são técnicas e organizacionais. E, desse modo, a cada tipo de fixo corresponde uma tipologia de fluxos. Um objeto geográfico, um fixo, é um objeto técnico, mas também um objeto social, graças aos fluxos (SANTOS, 2008, p. 86).

Desta forma, os objetos não podem ser compreendidos separados do sistema de ações, assim como as ações não são possíveis sem os objetos. “Fixos e fluxos interagem e alteram-se mutuamente” (SANTOS, 2008, p. 86). Assim, o espaço ao qual nos referimos não existe sem a ação humana.

Michel de Certeau (1998) entende que espaço somente se concretiza a partir de algum tipo de interação com as pessoas que o habitam ou o atravessam. Espaço, para Certeau (1998, p. 201), é um “cruzamento de móveis”, um resultado das “operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais”. Stuart Hall (2003) afirma que é através da operacionalização de um código que uma mensagem (ou um acontecimento) produz sentido e se transforma em uma prática social. É um processo que, para Hall, requer tanto instrumentos materiais, ou “meios”, quanto conjuntos de relações sociais. “Se

nenhum ‘sentido’ é apreendido, não pode haver ‘consumo’. Se o sentido não é articulado em prática, ele não tem efeito” (HALL, 2003, p. 388, grifo do autor). Da mesma forma, para Certeau, o espaço adquire sentido quando é praticado. No contexto das cidades tal sentido é definido por uma articulação entre forças, tendo de um lado um “sentido literal”, um “texto claro”, definido pelo urbanismo e de outro os desvios, manipulações e improvisos praticados pela sociedade, que Certeau denomina como “artes de fazer” (ou “maneiras de fazer”), ações de reapropriação do ambiente urbano a partir das práticas sociais aplicadas ao espaço:

Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações” (“maneiras de fazer”), a uma “outra espacialidade” (uma experiência “antropológica”, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade *opaca* e *cega* da cidade habitada. Uma cidade *transumante*, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível (CERTEAU, 1998, p. 172, grifos do autor).

A partir do pensamento de Certeau (1998) – espaço de práticas sociais –, Santos (2008) – espaço como sistema de objetos e sistema de ações – e Lefebvre (1991) – espaço social e produzido –, buscamos desenvolver uma conceituação de espaço que o relacionasse não apenas às interações humanas na constituição e significação do espaço público, mas também com o processo de identificação das pessoas com o ambiente urbano compartilhado com outros circulantes. Inserido na relação entre circulante, espaço e identidade, um conceito que se aproxima do que propomos é o que Marc Augé (2005) define como “lugar antropológico”:

Estes lugares têm pelo menos três caracteres comuns. Querem-se (querem-nos) identitários, relacionais e históricos. O plano da casa, as regras da residência, os quarteirões da aldeia, os altares, as praças públicas, o recorte do território, correspondem para cada um a um conjunto de possibilidades, de prescrições e de interditos cujo conteúdo é ao mesmo tempo espacial e social (AUGÉ, 2005, p. 47)

“Incluimos na noção de lugar antropológico a possibilidade dos percursos que nele se efectuam, dos discursos que aí se sustentam, e da linguagem que o caracteriza.” (AUGÉ, 2005, p. 70). O lugar antropológico é uma construção, uma produção, assim como o espaço social de Lefebvre (1991), impregnado de sentido e também das práticas dos circulantes que o significam:

Reservaremos o termo “lugar antropológico” a esta construção concreta e simbólica do espaço que não poderia por si só dar conta das vicissitudes e das contradições da vida social, mas a qual se referem todos aqueles aos quais ela atribui uma colocação, por humilde e modesta que seja. É, de resto, efectivamente porque toda a antropologia é antropologia dos outros que o lugar, o lugar antropológico, é simul-

taneamente princípio de sentido para os que o habitam e princípio de inteligibilidade para aquele que o observa (AUGÉ, 2005, p. 46)

O conceito que aqui propomos pressupõe a utilização do termo “lugar” como representação do espaço significado, inserido no que Augé conceitua como “lugar antropológico” e também no conjunto de teorizações propostas por Fábio Duarte (2002, p. 65), para quem o lugar “se constrói pelo processo de significação, organização e hierarquização dos elementos espaciais através do substrato cultural”. Para Duarte (2002, p. 65–71), mais do que uma configuração de espaço, o lugar é uma posição social e cultural, uma “porção do espaço significada”, a qual são atribuídos “signos e valores que refletem a cultura de uma pessoa ou um grupo”. Nesse sentido, Silva (2003) parece encerrar em uma frase o sentimento que buscamos ao utilizar o termo lugar como núcleo da relação identitária dos circulantes com o espaço público urbano: “os lugares revelam-se como o abrigo de comunidades afetivas ou estéticas que compartilham a intensidade mesma da vida, para além de valores e sentimentos que propiciam a identificação e o pertencimento comum” (SILVA, 2003, s.p.).

Lucrécia Ferrara (2002) também contribui para justificar a escolha do lugar como cerne de nossa análise. Para a autora, o lugar está relacionado intimamente com a produção de significado, em contraponto ao conceito de espaço, que sob sua ótica torna-se abstrato:

Tendo em vista que a oposição entre espaço e lugar só se concretiza quando percebemos que o primeiro é uma abstração, em confronto com a capacidade que o segundo tem para produzir significados, ações e comportamentos, e considerando, de um lado as distinções entre comunicação e informação e, de outro a diferenciação entre signos icônicos, indiciais e simbólicos para a concretização de significados (...) (FERRARA, 2002, p. 22)

Rogério Proença Leite (2004, p. 284) complementa a conceituação, ao propor como lugar “uma determinada demarcação física e/ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por elas delimitado reflexivamente”. A própria territorialidade deste lugar se torna subjetiva, a partir das práticas que o significam. A partir destas construções teóricas é possível dizer, através das palavras de Duarte (2002, p. 75), que “a construção dos lugares é rica pois não diz respeito às pedras, mas às suas escolhas, sua organização, sua finalidade e sobre o amálgama etéreo que as une”.

As cidades são lugares, ao mesmo tempo em que também contém lugares, *interrelacionados e intracruzados*. Mesmo podendo ser caracterizadas por sua constituição geográfica ou seus limites, as cidades aqui nos interessam em sua subjetividade e na fluidez que transforma as referências de territorialidade no contexto contemporâneo. Por isso, aqui preferimos tratar de ambientes urbanos que se formam e se significam a partir e através dos seus lugares,

[...] definindo o lugar como uma porção de espaço, sem limites ou dimensões espaciais precisas, com elementos significados que são

especulares, ou seja, significados para que os usuários (indivíduos ou grupos) se encontrem a si mesmos e identifiquem o outro. A construção dos lugares é a operação significadora que se faz ao se apreender, reconhecer e ordenar os fixos e fluxos, é a ação instável e fértil responsável pela conscientização de que se está no espaço (DUARTE, 2002, p. 76)

Os espaços que interessam a este trabalho são essencialmente os lugares inscritos no ambiente urbano e, desta forma, buscamos um entendimento da cidade como um processo de significação constante, em si mesma, a partir dos seus diversos contextos sociais: uma ideia de cidade composta por múltiplos processos de identificação, construídos a partir dos seus lugares e das práticas dos seus circulantes.

Lugares identitários no ambiente urbano

Ao pensarmos o conceito de identidade para uma cidade, é coerente entender que a ideia de um projeto imposto, aos moldes do que pensavam Le Corbusier (2000) e outros pensadores do urbano no modernismo, é algo incompatível com a forma como o mundo contemporâneo dá espaço para a interpretação múltipla do próprio conceito de identidade, como observamos anteriormente. Le Corbusier (2000) acreditava na geometria do planejamento urbanístico como solução única para as cidades, considerando as linhas retas o “caminho dos homens”, e as linhas curvas o “caminho das mulas”. E nesse ponto é interessante destacar que Certeau (1998) usa o termo “desvio” como exemplificação das suas práticas de espaço, o que de certa forma é um sinônimo para “curva”. Praticar o espaço, nesse sentido, é agir sobre o espaço circunstancialmente geometrizado pelo urbanismo e tecer o “caminho das mulas”, ou seja, articular as “artes de fazer”. Aqui a cidade se torna essencialmente uma sobreposição de práticas sociais, espaciais, culturais e históricas. Uma compreensão que, apesar da sua complexidade, torna-se inteligível ao se observar a restauração de um prédio antigo, em que são removidas camadas e camadas de pintura, até encontrar algum indício da tonalidade original utilizada. A arqueologia urbana revela as práticas. O urbanismo, no sentido postulado por Le Corbusier, releva.

Temos nos ambientes urbanos brasileiros uma identidade essencialmente representada por uma “ideologia da interpenetração, da hibridação, da miscigenação, mestiçagem”, como coloca Niemeyer (2010, p. 83), em consonância com Garcia Canclini (2001), quando apresenta as hibridações em forma de combinações para gerar novas estruturas, objetos e prática. Com base nesse contexto múltiplo, híbrido e subjetivo, é necessário pensar a questão identitária para os ambientes urbanos considerando a identidade como algo em aberto e sempre em processo, compreendida como verbo e não mais como substantivo, conforme coloca Reyes (2010).

A partir disso, o lugar torna-se o cerne da busca pelo entendimento dos aspectos aos quais se relaciona esse processo, por ser a “mais instável das porções espaciais” (DUARTE, 2002, p. 99), vivenciado por cada pessoa e ressignificado constantemente, o que o configura também como a porção de espaço mais rica na produção de significados, ações

e comportamentos (FERRARA, 2002). “O lugar, por ser construído através da significação identitária de uma porção de espaço, implica uma multiplicidade qualitativa que, no extremo hipotético, levaria a uma diversidade igual ao número de comunidades culturais” (DUARTE, 2002, p. 161). Mesmo que não seja possível mensurar esta multiplicidade, é possível percebê-la, ao circular pelas cidades, e não apenas observá-las através de mapas e outras representações.

Destes dois conceitos, lugar e processo de identificação, apresentamos a seguir uma proposta teórico-metodológica de compreensão da subjetividade no processo de significação do ambiente urbano pelos seus circulantes: a construção do que chamaremos de lugares identitários, conceito ao qual conferimos algumas características para nortear seu entendimento:

- lugares identitários são também “relacionais e históricos” (AUGÉ, 2005), porque aqui são compreendidas as relações sociais e a história como partes constituintes dos processos de identificação aos quais se relacionam;
- é nos lugares identitários onde depositamos nossas referências e eles servem como nossa identificação no espaço (DUARTE, 2002), mas não configuram uma posição físico-geográfica e sim uma posição cultural;
- as práticas de espaço (CERTEAU, 1998) são os instrumentos através dos quais os lugares identitários são construídos, por sobre a fluidez e a multiplicidade dos espaços sociais (LEFEBVRE, 1991);
- a significação destes lugares identitários é compreendida a partir de processos de codificação e decodificação, que diferem e geram diferentes apreensões de sentido conforme os meios e as relações sociais envolvidas (HALL, 2003).

Kevin Lynch (1982), através do que chama de “imagem da cidade”, apresenta um clássico conceito para a relação das pessoas com os espaços públicos do ambiente urbano. Para o autor, a imagem pública de qualquer cidade é a sobreposição de imagens de muitos indivíduos, “ou talvez haja uma série de imagens públicas, criadas por um número significativo de cidadãos” (p. 57). No entanto, mais do que a definição de imagem pública, é o conceito para a “imagem própria” de cada indivíduo que se aproxima da proposta que buscamos para os lugares identitários:

Cada indivíduo tem uma imagem própria e única que, de certa forma, raramente ou mesmo nunca é divulgada, mas que, contudo, se aproxima da imagem pública e que, em meios ambientes diferentes, se torna mais ou menos determinante, mais ou menos aceite. (LYNCH, 1982, p. 57)

Lynch (1982) categorizou os elementos desta “imagem da cidade” em formas físicas, que chamou de vias (canais ao longo dos quais o observador se move), limites (fronteiras, interrupções, linhas ao longo das quais as regiões se relacionam), bairros (regiões urbanas com extensão bidimensional), cruzamentos (pontos e locais estratégicos da cidade) e

pontos marcantes (prédios, sinais, lojas, montanhas). Lynch (1982) buscou apresentar elementos representativos da imagem da cidade, mas em um sentido ainda físico-geográfico. No intuito de entender a imagem dos lugares e aí encontrar a multiplicidade da produção de significado nos lugares identitários, a compreensão do espaço como um sistema, a partir de Milton Santos (2006;2008), parece mais coerente e associada também ao conceito aberto de identidade que utilizamos.

Se partimos do conceito proposto por Santos (2006) em que o espaço é composto pela relação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, podemos dizer que as categorias de Lynch (1982) se referem precisamente a objetos geográficos. Não que a estes não se relacionem ações – até porque a conceituação de Milton Santos pressupõe a indissociabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações –, mas as categorias clássicas de Lynch são essencialmente objetos, são fixos, ainda que significados a partir dos fluxos. Santos (2008) chama de fixos os elementos em que podem ser reconhecidas características que se sedimentam, enquanto fluxos “são as informações que podem circular tendo esses fixos como balizas e catalisadores” (DUARTE, 2002, p. 54). Um objeto geográfico, como um cruzamento, é um fixo, mas que a partir dos fluxos também se configura como um objeto social.

Desta conceituação tomamos, sobretudo, a oposição entre o que fica – pode ser tocado e observado – e o que flui – é transcorrido, circula, se move, o que também se associa com a oposição entre “material” e “*matériel*”, de Lefebvre (1991).

De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2006, p. 39).

São sistemas que operam os fluxos e fixos e os significam, a partir da ação humana, “pois apenas ela tem finalidade, objetivo – enquanto na natureza a ação ‘é cega, não tem futuro’; e os objetos não agem, mesmo que tendam, ao longo da história, a serem predeterminados a determinadas ações” (DUARTE, 2002, p. 47). Enquanto o que é fixo configura aspectos físicos (material), os fluxos denotam virtualidade (*matériel*).

No entanto, além dos fixos e fluxos, nos parece faltar um tratamento específico para como estes fixos e fluxos se comunicam com os circulantes, uma questão levantada também por Fábio Duarte (2002) em relação à obra de Milton Santos e que aqui buscamos responder: “pode-se perguntar até que ponto se sustenta a equação sistemas de ações e sistemas de objetos sem acrescentar um sistema informacional independente?” (DUARTE, 2002, p. 95). Se temos sistemas de objetos, que se relacionam com fixos, e sistemas de ações, que por sua vez operam os fluxos, podemos considerar também um sistema semântico para a compreensão dos múltiplos sentidos e significados presentes na leitura dos lugares. Portanto, é possível diferenciar no contexto do ambiente urbano o que *fica*, o que *flui* e o que *fala*.

A partir das falas se pressupõe a codificação e a decodificação das narrativas dos circulantes, que podem ser encontradas nos meios de comunicação, na arquitetura ou em outras representações de fluxos e fixos. Conforme vimos anteriormente, para Hall

(2003) e Certeau (1998) uma mensagem ou acontecimento produz sentido no momento em que for operacionalizado por um código e transformado novamente em uma prática social, como o próprio espaço, que só adquire significado quando praticado pelos circulantes. Ou seja, a transformação de elementos urbanos em leituras pressupõe a prática de um código. Um cruzamento de vias, em si mesmo, é parte da paisagem, um objeto. No momento em que é considerado o código necessário para sua prática, a rua se decodifica em narrativa – de fixo em fluxo, se torna um lugar, uma porção significada de espaço que ao ser decodificada, efetivamente fala: “Alguma coisa acontece em meu coração, que só quando cruza a Ipiranga e a avenida São João” (VELOSO, 1978).

No breve contexto da frase acima, temos fixos (o cruzamento, como objeto geográfico), fluxos (o cruzamento, como encontro de vias, seus nomes e funções) e também uma fala muito presente, representada pela posição do circulante em relação a esta porção de espaço. Mais do que uma construção de espaço social (LEFEBVRE, 1991) temos a construção de um processo de identificação (HALL, 2005; REYES, 2010) e efetivamente vemos surgir um lugar identitário, eternizado na canção de Caetano Veloso. O que propomos aqui é o entendimento de que o espaço pode ser compreendido pela relação entre sistemas de ações e sistemas de objetos, fluxos e fixos (SANTOS, 2006; 2008). No entanto, o lugar da construção de identidade demanda um sistema semântico e pressupõe a consideração sobre as suas falas.

Nesse sentido, uma cidade fala diferentes textos, interpretados diferentemente conforme o contexto de cada circulante. As linhas de metrô, presentes na sinalização indicativa deste transporte urbano, falam linhas e cores que representam, de forma icônica e simplificada a sua real representação geográfica. O entendimento da linearidade dos trajetos, o conhecimento da estrutura do transporte urbano (estações, conexões) e alguma associação a ícones universalizados, constituem possíveis elementos que permitem a decodificação da mensagem pelo receptor. Indivíduos pouco familiarizados com estes códigos podem apresentar dificuldades no entendimento das mensagens, que passam a ser interpretados de uma forma distinta do possível objetivo do emissor da mensagem, mas que não deixa de configurar uma leitura. “Não há grau zero em linguagem” (HALL, 2003, p. 393), ou seja, mesmo compreendida de formas diferentes, a mensagem transmitida é resultado de alguma articulação da linguagem sobre o real, o que faz do signo uma representação mais ou menos próxima do natural. O sentido pode ser diferente ou não existir, mas a fala permanece, com outros significados.

Esta narrativa urbana não se restringe ao visual, mas talvez possa ser sintetizada desta forma. Conforme coloca Flusser (2007), vivemos em uma sociedade que cada vez mais dá valor à superfície (telas, imagens, vídeos) em relação à linha (a linearidade de um livro). Para Flusser (2007) “os fatos são representados pelo pensamento imagético de maneira mais completa, e são representados pelo pensamento conceitual de maneira mais clara” (p. 115). A vivência na cidade é imagética e não linear, por isso a leitura de suas falas é também uma leitura de imagens.

Nossa civilização coloca à nossa disposição dois tipos de mídia. Aquelas tidas como ficção linear (como livros e publicações científicas) e

outras chamadas de ficção-em-superfície (como filmes, imagens de TV e ilustrações). O primeiro tipo de mídia pode fazer a interface entre nós e os fatos de maneira clara, objetiva, consciente, isto é, conceitual, apesar de relativamente restrito em sua mensagem. O segundo tipo pode fazer essa mediação de maneira ambivalente, subjetiva, inconsciente, ou seja, imagética (FLUSSER, 2007, p. 115).

A mediação entre a cidade e os seus circulantes é, portanto, imagética. A cidade fala e é lida, como coloca Flusser (2007), de formas subjetivas e inconscientes. Não há uma interpretação consciente, mas sim uma leitura invisível em processo constante, realizado de forma múltipla e simultânea. Se apenas os objetos não bastam para a construção do espaço social, as ações não encerram a construção do lugar identitário e a cidade secreta a impossibilidade de sua leitura como linha, as falas, por sua vez, constroem processos identitários entre fixos, fluxos e circulantes, inseridos no ambiente imagético da cidade.

Considerações finais

Do espaço ao lugar, o caminho que percorremos é pautado por um processo de identificação, ou de construção de identidade. O lugar representa um ponto em que conectamos nossas identidades, ou seja, uma referência às práticas sociais que nos formam enquanto indivíduos e também coletividade. No espaço urbano, as cidades podem representar estes lugares, ao mesmo tempo em que também podem contê-los. A cidade só existe como lugar identitário na forma como é significada por quem a vivencia, independentemente da sua forma e seus limites físicos. O lugar, que aqui tomamos conceitualmente como identitário, não é geográfico, mas cultural, por isso transcende os limites do urbanismo e adquire uma qualificação simbólica. Dessa transcendência, de fixo em fluxo, se torna código, o que pressupõe decodificação e interpretação. Na cidade, multiplicidade de sentidos são inscritos e lidos em cada lugar. Múltiplos processos de identificação se constroem a partir dos seus lugares e das práticas dos seus circulantes.

Nessa mediação imagética, a cidade fala e é lida em uma leitura invisível, constante, de forma múltipla e simultânea. O circulante é quem faz o lugar, porque circula pelos espaços assim como também circula pelos significados. Os circulantes articulam as narrativas e se ressignificam a partir delas. Se o espaço (social) só existe a partir da interação entre objetos e ações, o lugar é onde o indivíduo ressignifica estes mesmos elementos através dos seus códigos particulares. Por isso aqui o consideramos identitário, por ser o resultado de uma constante leitura coletiva, construída a partir de decodificações individuais.

Este sistema semântico (falas, leituras, códigos) não existe sem os objetos e ações que formam o espaço urbano, mas aqui se configura essencial ao entendimento deste mesmo espaço enquanto parte de um processo amplo de construção de identidade. A rua é uma construção, seja sob os seus aspectos físicos (é de asfalto, é larga) ou seu sentido/função (leva a determinado lugar, serve ao trânsito de veículos automotores). A partir da relação com quem por ela circula, serve também à construção de contextos identitários (minha rua, a rua da minha infância). Sob a subjetividade dos lugares e a multiplicidade

dos processos de identificação, na cidade se vive fluxo e fixo. Mas é nos códigos das falas urbanas que reside a construção da identidade.

O entendimento dos lugares identitários não se dá de forma cartográfica, como é possível compreender os espaços políticos de um mapa. Os lugares identitários são o resultado das relações afetivas das pessoas com as cidades, o que não pode ser compreendido a partir de uma perspectiva linear ou algum tipo de categorização que limite a determinados lugares ou contextos sua configuração identitária. Nesse sentido, todo e qualquer lugar pode ser identitário, seja ele uma praça, uma rua, um trajeto, um quarteirão, uma avenida e, até mesmo, um aeroporto.

A leitura dos lugares identitários pressupõe a decodificação dos espaços que emergem dessa geografia afetiva, uma leitura complexa que não se sustenta na linearidade e, por isso, se define imagética. Entre coisas e informações, imagem e imaginário, fixos e fluxos, objetos e ações, a cidade se edifica em pedra e afeto, construída na impossibilidade de sua leitura em linha, mas apoiada na construção imagética dos seus lugares através dos processos identitários que formam o que chamamos de narrativas, que circulam nos espaços públicos do ambiente urbano, articulando e sendo articuladas pelos lugares e pelos circulantes. Circulam usos, práticas, memórias, posições, referências, histórias e relações que desenham o tecido identitário presente na relação das pessoas com os seus lugares. E para compreendê-las é preciso vivenciá-las, apreendendo como se significam a partir dos seus interlocutores, articulando posições e referências físicas e afetivas; histórias e relações construídas e incorporadas; e por fim, usos e práticas conformados e deformados, compreendendo como a curva se inscreve sobre a reta e transforma espaço em lugar. As narrativas assim se apresentam como espaços de ações sobre os objetos e de fluxos sobre os fixos, que articulam imagem e imaginário em uma construção imagética-identitária dos lugares inscritos no ambiente urbano das cidades.

Referências Bibliográficas

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: 90º, 2005.

CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. In: _____. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura; v. 2; O poder da identidade. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 21–84.

_____. O fenômeno urbano: delimitações conceituais e realidades históricas. In: _____. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 39–52.

_____. O debate sobre a teoria do espaço. In: _____. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 181–199.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DUARTE, Fábio. Rastros de um rio urbano - cidade comunicada, cidade percebida. *Ambiente & Sociedade*, v. IX, n. jul/dez, p. 105–122, 2006.

_____. **Crise das matrizes espaciais:** arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. Arquiteturas do espaço. In: _____. **Design em espaços.** São Paulo: Edições Rosari, 2002

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado:** por uma filosofia do design e da comunicação. Tradução de Raquel Abi-Sâmara. Organização: Rafael Cardoso. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

GARCIA CANCLINI, Néstor. As culturas híbridas em tempos de globalização. In: _____. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: Edusp, 2001. p. XVII–XLIII.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva et. al. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **Da Diáspora:** identidades e mediações culturais. Tradução de Adelaine LA Guardia Resende et. al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LE CORBUSIER. **Urbanismo.** Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, Henri. Social Space. In: _____. **The Production of Space.** Tradução para o inglês por Donald Nicholson-Smith. Massachusetts: Blackwell, 1991, p. 68–168.

LEITE, Rogerio Proença. Política dos usos: a construção dos lugares no espaço público. In: _____. **Contra-usos da cidade:** lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Unicamp, 2004, p. 284–319.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos.** Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade e os seus elementos. In: _____. **A imagem da cidade.** Tradução de Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70, 1982. p. 57–102.

NIEMEYER, Lucy. Identidade e significações: design atitudinal. **Cadernos de estudos avançados em design:** identidade - Barbacena: Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais, p. 77–87, 2010.

REYES, Paulo. Identidade x identidades: uma visão pelo design. **Cadernos de estudos avançados em design:** identidade - Barbacena: Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais, p. 89–98, 2010.

REYES, Paulo; FRANZATO, Carlo. Design para o território. In: **Anais do 5º Congresso Internacional de Pesquisa em Design** - Bauru, p. 2015–2022, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Regina Helena Alves da. Espaço urbano, espaço da comunicação. In: **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** - Belo Horizonte, set. 2003. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/156459047845164599194579465883452813173.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

VELOSO, Caetano. **Sampa**. Intérprete: o próprio. In: **Muito - Dentro da noite azulada**. São Paulo: Philips, 1978. Disco de vinil formato long play (LP).

Submetido em: 03/02/2014

Aceito em: 22/06/2015

<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC931V1842015>

O QUE FICA, O QUE FLUI E O QUE FALA: LUGARES IDENTITÁRIOS NO AMBIENTE URBANO

RODRIGO DE AZAMBUJA BROD
JANE MÁRCIA MAZZARINO

Resumo: Este trabalho tem como objetivo principal discutir a relação entre espaço e construção de identidade, tomando em análise o ambiente urbano através das práticas sociais que formam o que aqui serão chamados de lugares identitários: porções do espaço público definidas por sua significação e posição cultural, formadas a partir de processos singulares e subjetivos de codificação-decodificação e compreendidas a partir de relações sociais, fixos, fluxos e falas. A partir destes conceitos, é apresentada ao final uma proposta suplementar ao modelo de Milton Santos, associada a construção de um sistema semântico complementar aos sistemas de objetos e sistemas de ações conceituados pelo autor.

Palavras-chave: Espaço Público; Ambiente Urbano; Identidade; Lugar.

Abstract: This paper aims to discuss the relationship between space and identity construction, taking under consideration the urban environment through social practices that form what will be called here the identitary places: portions of public space defined by their significance and cultural position, formed from singular and subjective coding-decoding processes and understood from social relations, fixed aspects, flows and speeches. From these concepts, is presented in the end a supplementary proposal for the classic Milton Santos model, associated with the construction of a new semantic system, in a complementary way to the objects system and actions system proposed by the author.

Keywords: Public spaces; Urban environment; Identity; Place.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo analizar la relación entre el espacio y la construcción de identidad, tomando en consideración el entorno urbano a través de prácticas sociales que constituyen lo que se llama aquí a los lugares identitarios: porciones de espacio público definidas por su significado y su posición cultural, formadas a partir de singulares y subjetivos procesos de codificación-decodificación y entendidas por medio de las relaciones sociales, los fijos, los flujos y los discursos. A partir de estos conceptos se presenta una propuesta suplementaria al modelo de Milton Santos, asociado con la construcción

de un sistema semántico complementario a los sistemas de objetos y sistemas de acciones propuestos por el autor.

Palabras clave: Espacio público; Medio ambiente urbano; La identidad; El lugar.
